

POLÍTICA ECONÔMICA

Programa de Aceleração do Crescimento deverá incluir redução nas tarifas de importação de produtos. O objetivo é estimular os empresários a aplicarem mais recursos na modernização da produção

Stringer/Reuters - 21/12/06



CONCORRÊNCIA PODE MELHORAR SETORES, COMO O SIDERÚRGICO, QUE ESTÃO NAS MÃOS DE POUCAS EMPRESAS

Competição favorece investimento

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Muito discretamente, um grupo de pessoas ligadas ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci está se movimentando no Palácio do Planalto para ressuscitar um projeto polêmico, cujo destino foi a gaveta depois de um amplo bombardeio disparado por empresários. A idéia é incluir no debate do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deve ser lançado no dia 22, segundo informou ontem o presidente Lula a diretores da Ford, uma proposta de ampla redução das tarifas de importação como forma de estimular os tão esperados investimentos do setor produtivo. O argumento desse grupo é o de que os industriais brasileiros se beneficiam de um mercado oligopolizado, de baixa competitividade. À medida que tiverem de encarar com maior afinco os concorrentes externos, terão de investir na modernização e na ampliação do parque produtivo se quiserem sobreviver.

Os defensores do corte das tarifas de importação alegam que tal medida será muito mais eficaz do que a redução de impostos incidentes sobre os investimentos de alguns segmentos econômicos. "Não adianta tirar do João para dar ao José. Quem garante que, ao ser beneficiado pela desoneração, o José

ampliará seus investimentos, ajudando a incrementar o crescimento econômico do país?", questionou um integrante do grupo. Ele foi além: "Estão falando em corte de impostos. Primeiro falaram que o governo abria mão de R\$ 12 bilhões. Refizeram as contas, e agora falam em desoneração entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões. Mas, mesmo com uma renúncia menor de receitas, ninguém apresentou uma proposta de corte de gastos públicos para compensar a perda de arrecadação".

Ineficiência

O grupo dos que pregam uma liberalização (abertura) maior da economia brasileira reconhece que, no exterior, as empresas brasileiras são bastante competitivas. Tanto que as exportações do país não param de registrar recordes. Internamente, porém, a competição é pequena. Setores industriais que movem a economia do Brasil, como o siderúrgico, são dominados por poucas empresas, o que facilita o repasse da ineficiência da produção para os preços, isto é, para os consumidores.

Com a maior presença de concorrentes estrangeiros no país, as indústrias brasileiras terão que priorizar a produtividade para reduzir custos. E maior produtividade exige mais investimentos em maquinários, em mão-de-obra qualificada e em novas tecnologias. "Um bom exemplo dos

benefícios trazidos pela concorrência é o setor automobilístico, no qual a abertura provocou uma revolução produtiva", disse um técnico do governo.

A maior abertura, no entanto, deve atingir também o setor financeiro. Em depoimento no Congresso no mês passado, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou que somente a maior concorrência reduzirá os custos bancários dos consumidores. Ele afirmou que o governo está lançando uma série de medidas para

aumentar a concorrência no sistema financeiro. E os resultados vão aparecer muito brevemente.

Custos extras

Na avaliação do economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa, uma abertura maior da economia brasileira teria um impacto mais forte no crescimento do país do que a desoneração de impostos. "O governo optaria pela competição, pelo aumento da produtividade, em vez de escolher os setores que, teori-

camente, vão impulsionar o crescimento", assinalou.

Para Sandra Utsumi, economista-chefe do Banco BES Investimento, o Brasil está precisando de medidas que estimulem a competitividade, como o corte de impostos de importação. "A impressão que temos é a de que o governo cedeu às pressões setoriais na elaboração do PAC. Preferiu seguir por atalhos e por concentrar a discussão em medidas de curto prazo, que exigirão eternos incentivos para setores privilegiados", frisou.